

PROTOCOLO GERAL

Nº Processo: 2019024668	Data: 03/04/2019
Interessado: REK PARKING EMPREENDIMENTOS E	
CNPJ/CPF: 02.017.619/0001-34	
Nº.	Data Doc.:
Valor: R\$ 0,00	Prev.Pgto:
Assunto: REQUERIMENTO	
Sub	IMPUGNAÇÃO
CCI: 0	
Comentário	IMPUGNAÇÃO - CONCORRÊNCIA 001/2019

**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.
MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS/GO.**

Impugnação ao edital.

Concorrência 001/2019.

Processo nº 2018042464

Com Cópia Para:

Tribunal de Contas do Estado Goiás – TCE/GO

Base no §1º, art. 113 da Lei nº 8.666/93.

REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 02.017.619/0001-34, com endereço na rua Garibaldi, n. 337, bairro Exposição, Caxias do Sul (RS), por seu representante legal (**doc. 01**), vem, respeitosamente, na forma e tempo legais, ante V. Sª, na qualidade de licitante interessada na disputa do objeto, com fundamento no **art. 41** da Lei 8.666/93 e **item 20.5** do instrumento convocatório, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, pelo seguinte:

I - DO OBJETO POSTO EM DISPUTA:

1. Pretende o ente público, em síntese, mediante **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, em regime de concessão comum, do tipo **MAIOR OFERTA**, visando a “**GESTÃO DA EXPLORAÇÃO, APOIO E MONITORAMENTO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO ELETRÔNICO PAGO, DENOMINADO ‘ÁREA TARIFADA’ OU ‘ZONA AZUL’, MONITORAMENTO SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO DE SOLUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NO MUNICÍPIO CALDAS NOVAS (GO)**”, conforme se extrai do objeto e do **item 1.** do **Edital n. 001/2019**”, com previsão de **recebimento “contendo os documentos de habilitação e a proposta de preços” para próximo dia 10 de abril de 2019, às 9h,** conforme instrumento convocatório.

2. O edital em epígrafe, possui vícios e incongruências que inviabilizam o curso natural do procedimento, sem prejuízo, à evidência, dos esclarecimentos necessários, tudo se processando, *ad cautelam*, na forma e tempo a que alude o art. 41, § 2º da Lei 8.666/93, não sendo outra a orientação, em comentários ao artigo supra, do abalizado MARÇAL JUSTEN FILHO:

"Qualquer vício deve ser objeto de imediato protesto por parte do licitante, sob pena de o silêncio constituir obstáculo a posterior questionamento" (*in* Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Aide, 4ª ed., p. 257).

II – SUSPENSÃO DA SESSÃO:

3. **REQUER**, de plano, tão logo recebida a presente impugnação, dadas as relevantes questões postas, seja imediatamente suspensa a sessão marcada para o dia **10 de abril de 2019, às 9h**, tudo conforme consta no instrumento convocatório ora impugnado.

III – DOS VÍCIOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS QUE INVIABILIZAM O REGULAR PROSSEGUIMENTO DA LICITAÇÃO – ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO E/OU ADEQUAÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

4. Ao analisar a Lei Municipal 2.500/2016, parte integrante do instrumento convocatório juntamente com as legislações federais, é possível verificar uma evidente dissonância entre a legislação munícipe e o edital convocatório, visto que, conforme o art. 7º, em seu § 2º, posto na sua literalidade:

"Art. 7º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar, mediante licitação, concessão de uso para exploração de estacionamento rotativo pago de veículos em vias e logradouros públicos, a ser denominado Área Azul, e Lei e Código de Trânsito Brasileiro.

§ 1º. (...)

§ 2º. A concessão de uso de que trata este artigo deverá ser precedida de licitação pela modalidade de Concorrência Pública, no julgamento da qual deverão ser consideradas a melhor solução técnica de exploração e as melhores condições em percentual, ofertadas como compensação pela outorga da concessão." (Grifo posto).

5. Depreende-se, sem maiores esforços, do texto legal, a intenção do legislador local em melhor atender ao anseio da população, autorizando o poder executivo a contratar empresa privada através de processo licitatório na modalidade Concorrência Pública, cujo tipo deveria ser TÉCNICA e PREÇO. Evidente, os representantes do povo entenderam, àquela época, de forma prudente, contratar uma empresa privada para explorar o nicho de estacionamento rotativo de sua cidade, dentre aquelas existentes no mercado, que possuísse a melhor técnica para a solução dos problemas enfrentados no ramo de estacionamento, sem desconsiderar o lucro financeiro aos cofres do município.

6. No entanto, ao estabelecer no instrumento convocatório a licitação na modalidade Concorrência Pública do tipo MAIOR OFERTA, o município de Caldas Novas descumpriu a legislação municipal,

desconsiderando o interesse público, portanto indo de encontro ao que já houvera sido positivado na Lei Municipal 2.500/16 em seu artigo 7º, § 2º. Abaixo segue o **escopo do Edital nº 001/2019** onde é possível verificar a já apontada dissemelhança, bem como sua vinculação ao regramento municipal pretérito.

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS, instituída pelo Decreto Nº 1.246/2018 de 27 de Agosto de 2018 torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar em sua sede situada na Rua Avenida Orcalino Santos, nº 283, Centro em Caldas Novas – GO, no dia e hora abaixo designado, procedimento licitatório na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, em regime de concessão comum, **do tipo MAIOR OFERTA**, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A GESTÃO DA EXPLORAÇÃO, APOIO E MONITORAMENTO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO ELETRÔNICO PAGO, DENOMINADO “ÁREA TARIFADA”, MONITORAMENTO SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO DE SOLUÇÃO DE ESTACIONAMENTO NO MUNICÍPIO CALDAS NOVAS (GO), tudo em conformidade com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, com a Lei Complementar nº 123/2006 de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, Lei Municipal nº 2500/2016, Decreto regulamentador nº 1230 e com as disposições deste Edital, em atendimento ao Processo Administrativo Nº 2018042464.

7. Ora, é cediço que a Administração é pautada pelo **princípio da legalidade**, não podendo aquela afastar-se deste, **sob pena de incorrer em NULIDADE**. A própria Lei 8.666/93, também parte integrante e regente deste instrumento convocatório, em seu art. 3º, estabelece que:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." Grifo posto.

8. Vale frisar que o caminho a se seguir é o caminho da Lei, sobretudo porque, como bem ensinou o saudoso mestre Hely Lopes Meirelles:

"Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, **na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza**. A lei para o particular significa 'pode fazer assim'; para o administrador público significa '**deve fazer assim**'. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 20. ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 83.) Grifo posto.

9. Portanto, **não pode a Administração Pública contrariar a lei** que, inclusive, ela mesma elegeu e publicou, **não sendo outra a alternativa senão**, e sempre se superada a imediata anulação, **a suspensão da sessão de abertura dos envelopes, correção dos vícios apontados e posterior reabertura do certame**.

10. Para além disso, o **edital e seus anexos**, ainda, e inviabilizando por completo o curso da licitação dada a gravidade da omissão, **não contemplam regular planilha de composição dos custos unitários** a que alude o art. 7º, § 2º, II da Lei 8.666/93, dispondo referido dispositivo legal, *verbis*:

"Art. 7º (...)

§ 2º As obras e os serviços **somente poderão ser licitados** quando: (...)

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
(...)”. Grifo posto.

11. No mesmo sentido, determina o art. 40, §2º, inciso II, ao exigir a apresentação de planilha detalhada de quantitativos e preços unitários como anexo imprescindível ao edital, *verbis*:

“Art. 40. (...)
§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante: (...)
II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários;
(...)”. Grifo posto.

12. Assim, a ausência de previsão detalhada dos custos, através de planilha anexa ao edital, vai ao arrepio da expressa, clara e importantíssima previsão legal constante no art. 7º, § 2º, II c/c 40, § 2º, da Lei de Licitações, de modo que a indevida omissão orçamentária acaba por inviabilizar o curso natural da licitação.

13. Dessa forma, e resultando evidente que a planilha de orçamento DETALHADA é anexo indispensável ao instrumento convocatório, é de rigor a suspensão da sessão do próximo dia 10 de abril de 2019 e anulação do certame por estar incompleto o edital e seus anexos, não sendo outra a orientação de DIOGENES GASPARINI:

“O § 2º do art. 40 do Estatuto federal Licitatório elenca os anexos do edital. Esses anexos integram o próprio edital.” (*in* Direito Administrativo, Saraiva, 5ª ed., 2000, p. 467)

14. Também em relação à obrigatoriedade da planilha orçamentária de modo completo, leciona TOSHIO MUKAI:

“O § 2º do art. 40 impõe como anexos obrigatórios do edital o projeto básico ou executivo, demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários (...)” (*in* Licitações e Contratos Públicos, Saraiva, 1999, p. 51)

15. Importante lembrar, acerca da necessidade de apresentação completa, em todos os seus termos, da composição dos custos, das lições de MÁRCIO DOS SANTOS BARROS que, em comentários ao art. 7º, § 2º, II, da Lei de Regência, afirma:

“É com base neste orçamento detalhado, com composição dos custos unitários, que, por um lado, os futuros licitantes adquirem maior conhecimento sobre o objeto da licitação (podendo até questionar ou impugnar as estimativas) e, por outro, a Administração estabelece a modalidade de licitação, determina o valor máximo da proposta de preços e obtém dados para a eventual exclusão de licitante em face da inexecuibilidade de sua proposta (art. 48, II). Em face de sua importância, o orçamento deve ser elaborado para todas as licitações realizadas pela Administração.” (*in* Comentários sobre Licitações e Contratos Administrativos, NDJ, 2005, p. 36) - Grifo posto.

16. Assim, ausente a previsão do real custo de operação do objeto licitado, através de orçamento detalhado, o que inviabiliza a apresentação de proposta compatível com o objeto da licitação, daí

decorrendo a ilegal e ilícita manutenção do edital, mostra-se impositiva a suspensão da sessão de abertura dos envelopes e posterior **anulação do procedimento**, aplicando-se ao caso a regra do art. 49 da Lei 8.666/93 e item 18.2 do edital, que dispõe:

"A autoridade competente para determinar a contratação, poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93" – Grifo posto.

17. Ainda, pretende essa impugnante **esclarecimento** quanto aos pontos e quesitos que seguem:

18. O item 8.8.2 "CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SPV" descreve que os sensores devem usar para a comunicação uma rede aberta e de utilização pública, conforme abaixo transcrito.

"8.8.2.5. Deverá utilizar como meio de comunicação para a transmissão de sinais, uma rede de comunicação aberta, e de utilização pública, sem a necessidade de instalações de rádios ou equipamentos concentradores, repetidores, modems e etc. por parte da Concessionária, evitando assim a implantação de infraestrutura nas vias públicas tais como postes, antenas, cabeamentos de dados e energia elétrica. De forma a garantir uma implantação rápida, pois não precisará de projetos e liberações de terceiros como por exemplo concessionária de energia, funcional e sem impactos visuais e de locomoção de pedestres." (Grifo posto).

19. Considerando que o Município fez estudos preliminares para a implantação do estacionamento rotativo,

QUESTIONAMENTO nº 01:

Qual a rede pública de comunicação aberta que opera atualmente no Município de Poços de Caldas?

20. Ademais, o item 6 "FISCALIZAÇÃO" descreve a importância dos agentes públicos na fiscalização do sistema, conforme abaixo transcrito.

"É de fundamental importância, independente da tecnologia a ser implantado, que a administração municipal disponibilize agentes de trânsito, bem preparados, para acompanhar a operação do sistema, pois apenas eles terão a competência para lavrar os Autos de Infração referentes aos usuários que cometerem irregularidades nas áreas definidas e devidamente sinalizadas que farão parte do estacionamento rotativo." (Grifo posto).

QUESTIONAMENTO nº 02:

Quantos agentes serão disponibilizados para a fiscalização do sistema? Os agentes públicos são gerenciados diretamente pela administração municipal?

21. Ao cabo, em síntese, com a devida vênia, **inviável o prosseguimento da licitação**, nos termos postos por essa ilustrada autoridade municipal, salientando-se, com a mais respeitosa vênia, a **manifesta restrição ao princípio da legalidade**, tudo recomendando que esse ilustre Presidente da Comissão, **encaminhe o presente edital e todos seus anexos ao Tribunal de Contas do Estado** para que esse órgão de controle tenha inequívoca apreensão e compreensão acerca dos termos e interesses da administração local frente ao edital aqui impugnado.

IV – DO PEDIDO:

DIANTE DO EXPOSTO, requer se digne essa autoridade municipal em receber a presente impugnação, **suspendendo, de plano, a sessão marcada para o dia 10 de abril de 2019.**

Em ato contínuo, - nos termos da fundamentação - **acolher a presente inconformidade**, inclusive quanto aos **esclarecimentos** para - ao final - diante dos **vícios intransponíveis**, - **anular** a licitação.

Ad cautelam, **REQUER**, acaso não acolhida a presente impugnação em todos os seus termos, sem prejuízo dos esclarecimentos necessários, seja deferida a imediata **cópia integral** do procedimento para fins de preservação de direitos.

Em anexo, (doc. 1) contrato social

Caxias do Sul (RS), 03 de abril de 2019.

P. deferimento.

REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

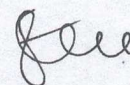
IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - REK PARKING - CALDAS NOVAS.docx

Código do documento 137fd04e-1b98-41e7-b5e3-0f89df2f6233

Assinaturas



Eder Vasconcelos de Souza
contabilidade@rekparking.com.br
Assinou



Eventos do documento

03 Apr 2019, 11:58:29

Documento número 137fd04e-1b98-41e7-b5e3-0f89df2f6233 **criado** por EDER VASCONCELOS DE SOUZA (Conta e74501df-a878-462f-a38d-4ab98b2be88e). Email: contabilidade@rekparking.com.br. - DATE_ATOM: 2019-04-03T11:58:29-03:00

03 Apr 2019, 12:01:00

Lista de assinatura **iniciada** por EDER VASCONCELOS DE SOUZA (Conta e74501df-a878-462f-a38d-4ab98b2be88e). Email: contabilidade@rekparking.com.br. - DATE_ATOM: 2019-04-03T12:01:00-03:00

03 Apr 2019, 12:05:48

EDER VASCONCELOS DE SOUZA **Assinou** (Conta e74501df-a878-462f-a38d-4ab98b2be88e) - Email: contabilidade@rekparking.com.br - IP: 177.36.36.170 (177-36-36-170.avato.com.br porta: 8078) - Documento de identificação informado: 488.702.000-78 - DATE_ATOM: 2019-04-03T12:05:48-03:00

Hash do documento original

(SHA256): 7ef7f1be8e669e08f4551f458c70d5cca03647481834578d2e81f5feaf7564

(SHA512): 7829ba83445857ee43996a7641d8865c3f2532f2875588b246413cb8e05ed1dfc7fbb6296eab5375492c3dd10ea635e284bda17af755e4ee39e9a1df1aac07c0

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

43204771493

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



RS2201900031446

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
	023	1		ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
	051	1		CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

CAXIAS DO SUL

Local

27 Fevereiro 2019

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

____/____/____
Data

Responsável

☐ NÃO

____/____/____
Data

Responsável

☐ NÃO

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

____/____/____
Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

____/____/____
Data

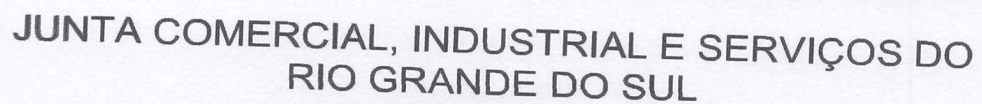
Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

REMARKS



Capa de Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/085.289-5	RS2201900031446	27/02/2019

CPF	Nome
488.702.000-78	EDER VASCONCELOS DE SOUZA

REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ 02.017.619/0001-34

NIRE 43.2.0477149-3

ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO Nº 43

EDER VASCONCELOS DE SOUZA, brasileiro, separado judicialmente, consultor, nascido em 28/12/1967 na cidade de São Sepé/RS, identidade nº 4038460327 SSP/RS, CPF nº 488.702.000-78, residente e domiciliado à Avenida Evaldo Behr, 405, Condomínio Horizontal Novo Horizonte, Camobi, CEP 97.110-801, na cidade de Santa Maria/RS;

PAULO DE LIMA MONTEIRO, brasileiro, casado pelo regime de separação total de bens, contador, nascido em 23/01/1970 na cidade de Uruguaiana/RS, identidade nº 6048328857 SSP/RS, CPF nº 626.271.630-00, residente e domiciliado à Rua Padre Kentenich, 36, apto 901, Nossa Senhora das Dores, CEP 97.095-510, na cidade de Santa Maria/RS;

HUARAZ ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE 4320804905-9, com sede na Rua Deocleciano Azambuja, nº 521, Sala 01, Centro, CEP 97.300-000, na cidade de São Gabriel/RS, CNPJ nº 26.689.514/0001-90, neste ato representada por **CARMEN HELOÍSA CORREA**, brasileira, solteira, engenheira civil, nascida em 26/09/1969 na cidade de Porto Alegre/RS, identidade nº 1010901369-SSP/RS, CPF nº 625.131.840-68, residente e domiciliada à Rua Felicíssimo de Azevedo, nº1036, apartamento nº301, Bairro Auxiliadora, em Porto Alegre - RS, CEP 90540-110.

Únicos sócios da sociedade limitada que gira sob a denominação social de **REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.017.619/0001-34, com sede e foro na Rua Garibaldi, 337, Bairro Exposição, na cidade de Caxias do Sul/RS, CEP 95080-190, com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina em 04/08/1997 sob o NIRE nº 42.2.0238080-1, na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 11/12/2013 sob o NIRE nº 33.9.0127604-6 e na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 11/10/2001 sob o NIRE nº 43.2.0477149-3 e ultima alteração contratual sob nº 4960745 em 12/02/2019, devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, resolvem, alterar o Contrato Social e suas alterações, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I

É criada a Filial 21 estabelecida em São Gabriel/RS, na Rua Coronel Tristão Pinto, nº 346, Bairro Centro, CEP 97.300-214.

Processadas as alterações, o Contrato passa a vigorar com as seguintes cláusulas e condições:

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

1. DENOMINAÇÃO SOCIAL – SEDE – PRAZO DE DURAÇÃO

1.1. A sociedade gira sob a denominação social de **REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**

1.2. A sociedade tem sua sede e domicílio legal na Rua Garibaldi, 337, Bairro Exposição, na cidade de Caxias do Sul/RS, CEP 95080-190, onde é seu foro, e por resolução de sua gerência, poderá abrir ou fechar filiais, escritórios ou outras dependências em qualquer ponto do território nacional ou do exterior.

1.3. A sociedade mantém os seguintes estabelecimentos filiais:

Filial 01 – estabelecida em Santa Maria/RS, na Rua Professor Braga, 239, Bairro Centro, CEP 97015-530 com CNPJ nº 02.017.619/0006-49 e NIRE nº 43.9.0112545-3.

Filial 02 – estabelecida em São Leopoldo/RS, na Rua Saldanha da Gama, 813, Bairro Centro, CEP 93010-230 com CNPJ nº 02.017.619/0007-20 e NIRE nº 43.9.0123298-5.

Filial 04 - estabelecida em Taquara/RS, na Rua Guilherme Lahm, 1230, sala 04, Bairro Centro, CEP 95600-000 com CNPJ nº 02.017.619/0009-91 e NIRE nº 43.9.0131191-5.

Filial 05 – estabelecida em Bento Gonçalves/RS, na Rua Barão do Rio Branco, 422, sala 11, Bairro Centro, CEP 95700-000 com CNPJ nº 02.017.619/0010-25 e NIRE nº 43.9.0136807-1.

Filial 06 – estabelecida em Farroupilha/RS, na Rua Independência, 645, sala 202, Ed. Marisa, Bairro Centro, CEP 95.180-000 com CNPJ nº 02.017.619/0011-06 e NIRE nº 43.9.0143010-8.



Filial 07 – estabelecida em Guaíba/RS, na Rua Dr. Lauro Azambuja, 155, Sala 201, Ed. Centro Comercial, Bairro Centro, CEP 92.704-550, com CNPJ nº 02.017.619/0012-97 e NIRE nº 43.9.0143009-4.

Filial 08 – estabelecida em Rio Grande/RS, na Rua Marechal Floriano Peixoto, 155, Bairro Centro, CEP 96.200-380 com CNPJ nº 02.017.619/0013-78 e NIRE nº 43.9.0145386-8.

Filial 09 – estabelecida em Gramado/RS, na Av. das Hortênsias, 2040, Sala 4 e 5, Bairro Centro, CEP 95.670-970 com CNPJ nº 02.017.619/0014-59 e NIRE nº 43.9.0148116-1.

Filial 10 – estabelecida em Cruz Alta/RS, na Avenida General Câmara, 968, sala 302, Bairro Centro, CEP 98.005-112 com CNPJ nº 02.017.619/0015-30 e NIRE nº 43.9.0155920-8.

Filial 11 – estabelecida em Canoas/RS, na Gonçalves Dias, 67, Sala 802, Bairro Centro, CEP 92.010-050 com CNPJ nº 02.017.619/0016-10 e NIRE nº 43.9.0158723-6.

Filial 12 – estabelecida em Santiago/RS, na Rua Venâncio Aires, 1362, Sala 4, Bairro Centro, CEP 97.700-000 com CNPJ nº 02.017.619/0017-00 e NIRE nº 43.9.0158724-4.

Filial 13 – estabelecida em Santo Ângelo/RS, na Rua Três de Outubro 168, Bairro Centro, CEP 98.801-610 com CNPJ nº 02.017.619/0018-82 e NIRE nº 43.9.0160463-7.

Filial 14 – estabelecida em Santa Maria/RS, na Rua Araujo Viana 56, Bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP 97.015-040 com CNPJ nº 02.017.619/0019-63 e NIRE nº 43.9.0160464-5.

Filial 15 – estabelecida em Garibaldi/RS, na Rua Rio Branco 172, Sala 01, Bairro Centro, CEP 95.720-000 com CNPJ nº 02.017.619/0020-05 e NIRE nº 43.9.0162605-3.

Filial 16 - estabelecida em Sapiranga/RS, na Av. João Correa 1260, Sala 207, Bairro Centro, CEP 93.800-000 com CNPJ nº 02.017.619/0021-88 e NIRE nº 43.9.0162606-1.

Filial 17 – estabelecida em Macaé/RJ, na Rua Euzébio de Queiroz, 485, Bairro Centro, CEP 27.910-230 com CNPJ nº 02.017.619/0022-69 e NIRE nº 43.9.0127604-6.

Filial 18 – estabelecida em Venâncio Aires/RS, na Rua Tiradentes 563, Sala 02, Bairro Centro, CEP 95.800-000 com CNPJ nº 02.017.619/0023-40 e NIRE nº 43.9.0175599-6.



SÓCIOS	Quotas Subscritas (Quantidade)	Capital Subscrito (R\$)	Capital Integralizado (R\$)
Paulo de Lima Monteiro	3.132.500	3.132.500,00	3.132.500,00
Huaraz Administração e Participações Ltda.	350.000	350.000,00	350.000,00
Eder Vasconcelos de Souza	17.500	17.500,00	17.500,00
Total	3.500.000	3.500.000,00	3.500.000,00

3.1. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

3.2. É vedado aos sócios caucionar ou de qualquer outra forma empenhar suas quotas de capital, no todo ou em parte, salvo consentimento unânime dos sócios.

4. DA ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA DA SOCIEDADE

Os sócios poderão designar administradores não sócios nos termos do art.1061 da Lei 10.406/02.

4.1. O sócio EDER VASCONCELOS DE SOUZA, já qualificado no preâmbulo deste contrato, exercerá isoladamente todos os poderes de administração, que lhe caberá única e exclusivamente e ilimitadamente, que representará a empresa em juízo ou fora dele, isoladamente, ficando expressamente proibido o uso da mesma para fins estranhos a sociedade, nem prestar fianças ou avais de favor a quem quer que seja.

5. DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações sociais serão sempre tomadas por quotistas que representem a maioria do capital social.

5.1. As alterações de quaisquer cláusulas do contrato social serão validas quando subscritas por sócios representando a maioria do capital social.

5.2. O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária poderá retirar-se da sociedade, notificando seu propósito aos demais sócios, por escrito e contra recibo.

5.3. Nos 30 (trinta) dias seguintes à mencionada notificação, será feito um balanço geral da sociedade, com base na data do recebimento da notificação, no qual se apurará o patrimônio líquido pertencente ao sócio retirante, avaliado a preços de mercado por 3 (três) peritos ou empresa idônea. Os haveres assim apurados, serão pagos ao sócio retirante em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros simples de 12 % a.a.

5.4. Ao elaborar-se o referido balanço, serão computados os lucros posteriores à notificação da retirada, que tenham sido consequência direta de atos anteriores ao recebimento da notificação.

5.5. Os sócios remanescentes poderão adquirir, preferencialmente da sociedade, as quotas reembolsadas, delas dispondo segundo suas conveniências, podendo, inclusive, vendê-las a terceiros, desde que por consenso mútuo dos demais sócios.

6. DO FALECIMENTO DE SÓCIO

A sociedade não se dissolverá por morte de qualquer dos sócios, continuando, portanto, com as suas atividades do seu objeto social, com os demais remanescentes e com os herdeiros e/ou sucessores do falecido.

6.1. Ocorrendo falecimento de sócio, seus herdeiros e/ou sucessores poderão substituí-lo na sociedade, observando-se o que for decidido na partilha do Espólio, e desde que comuniquem a sua intenção de continuar na sociedade, por escrito e contra recibo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do falecimento.

6.2. Na hipótese da recusa da substituição do sócio falecido por seus herdeiros e/ou sucessores, pelos sócios que representem a maioria do capital social da sociedade, deverá ser feito nos 15 (quinze) dias seguintes à notificação retro referida, um balanço geral com base na data do falecimento do sócio, para a apuração de seus haveres, que serão avaliados a preços de mercado por 3 (três) peritos ou empresa idônea, e que serão pagos ao Espólio em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros simples de 12% (doze por cento) a.a., vencendo-se a primeira 45 (quarenta e cinco) dias após a data do balanço referido nesta cláusula, e as demais, em igual dia dos meses subseqüentes, até o seu final.

6.3. Para efeito de cômputo no balanço, no caso de falecimento de sócio, serão também computados todos os lucros posteriores ao falecimento, provenientes de negócios realizados pela sociedade, anteriormente ao evento.

6.4. Para deliberação a respeito da admissão ou não dos herdeiros e/ou sucessores, o direito de voto das quotas de capital do sócio falecido, será exercido por estes, participando, portanto, da formação do quorum de deliberação de que se trata a item 5 deste contrato.

6.5. As quotas reembolsadas referentes ao sócio falecido, também poderão ser adquiridas, nos mesmos moldes estabelecidos no item 5.5 deste contrato.

7. DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO GERAL E LUCROS

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

7.1. Os lucros apurados, por resolução dos quotistas, sempre obedecendo a regra de maioria das quotas de votos do capital social, poderão ser distribuídos aos sócios na proporção de sua participação no capital social, ou ainda retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros em suspensos ou reservas, ou ainda capitalizados.

8. DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei, e em especial:

8.1. Se comprovada a impossibilidade de consecução do objetivo social.

8.2. Se ocorrer empate nas deliberações sociais, caracterizando o desacordo entre os sócios, no que se refere às operações ou a política da empresa que os sócios não consigam resolver ou chegar a um consenso mútuo.

8.3. Se ocorrer a retirada ou o falecimento de um ou mais sócios, e os demais decidirem não continuar com a sociedade.

8.4. Em caso de liquidação da sociedade, os sócios nomearão um liquidante, a fim de que este proceda na conformidade das leis vigentes.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Os casos omissos serão regulados pelas demais regras e costumes atinentes à sociedade limitada e supletivamente, no que forem aplicáveis, pelas disposições da lei nº 6.404/76.

Com expressa renúncia de qualquer outro, fica eleito o foro da Comarca de Caxias do Sul/RS, como o competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em via única, para os efeitos legais.

Caxias do Sul – RS, 13 de fevereiro de 2019.

Paulo de Lima Monteiro

Huaraz Administração e Participações Ltda
Representante por Carmem Heloísa Correa

Eder Vasconcelos de Souza





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
19/085.289-5	RS2201900031446	27/02/2019

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
625.131.840-68	CARMEN HELOISA CORREA
488.702.000-78	EDER VASCONCELOS DE SOUZA
626.271.630-00	PAULO DE LIMA MONTEIRO





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 19/085.289-5 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 4983531 em 15/03/2019 da empresa 4320477149-3 REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
4390197968-1	xxxxxxx	RUA CORONEL TRISTAO PINTO 346 - BAIRRO CENTRO CEP 97300-214 - SAO GABRIEL/RS

15/03/2019



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa REK PARKING EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, de nire 4320477149-3 e protocolado sob o número 19/085.289-5 em 27/02/2019, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 4983531, em 15/03/2019. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Marlei Ferraro.

Assina o registro, mediante certificado digital, o Secretário-Geral, Cleverton Signor. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
488.702.000-78	EDER VASCONCELOS DE SOUZA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
626.271.630-00	PAULO DE LIMA MONTEIRO
625.131.840-68	CARMEN HELOISA CORREA
488.702.000-78	EDER VASCONCELOS DE SOUZA

Porto Alegre. Sexta-feira, 15 de Março de 2019

Cleverton Signor: 59268263068

Página 1 de 1





JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
552.959.240-68	MARILEI FERRARO
592.682.630-68	CLEVERTON SIGNOR

Porto Alegre. Sexta-feira, 15 de Março de 2019

